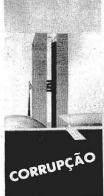
Senador 'esquece' como ganhou US\$ 1 milhão em 91



O senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) entrou ontem para a lista dos parlamentares que deverão ter seus mandatos cassados. Ele não conseguiu explicar na CPI do Orçamento a origem dos mais de US\$ 1 mi-

lhão que movimentou em suas contas bancárias em 1991 — ano em que presidiu a Comissão Mista de Orçamento. Mais comprometedor foi o fato de a fundação que leva o seu nome, em Rondônia, ter recebido US\$ 750 mil em subvenções sociais. Parte do dinheiro usado na compra de três ambulâncias numa revendedora da qual Ronaldo Aragão era acionista. As ambulâncias ainda não foram entregues.

Durante a maior parte do depoimento o senador insistiu que não mantinha qualquer relação com a Fundação Ronaldo Aragão. "Um grupo de pessoas em Porto Velho deu meu nome à fundação como homenagem", explicou ao relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE), negando qualquer responsabilidade na compra das ambulâncias na revendedora Dinasa. A versão do senador foi desmontada por documentos obtidos pela CPI. Aragão



Aragão iá é considerado cassado pelos integrantes da CPI

admitiu que a fundação é comandada por sua irmã Rosane Maria Aragão Mello e seu cunhado João Mário do Carmo Mello. O presidente da entidade beneficiada com recursos do orçamento, Willian Pimentel, também foi indicado pelo senador. O prefeito de Cacoal e sócio na Dinasa, Divino Cardoso, é um dos fundadores da entidade.

Escândalo — "É surpreendente", resumiu Roberto Magalhães. "Estou escandalizado", declarou o deputado Maurício Najar (PFL-SP), um dos que aposta na cassação do primeiro senador ouvido pela CPI. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) também não tem dúvidas. "Com esse negócio das ambulâncias, o senador entrou definitivamente na lista dos parlamentares que terão a cassação pedida", avaliou.

O senador chegou à CPI

declarando-se surpreso com a convocação e disposto a negar qualquer envolvimento com a máfia do Orcamento. Em duas horas e meia de depoimento, Ronaldo Aragão acabou deixando sem resposta a movimentação de US\$ 1,17 milhão em suas contas bancárias no período em que presidiu a comissão de Orcamento, "Não tenho como explicar isso hoje (ontem)", esquivouse. E também deixou sem resposta o envolvimento com a empreiteira Norberto Odebrecht, que recebeu US\$ 620 milhões no Orçamento de 92. Aragão é um dos nomes mais citados nos documentos apreendidos na casa do diretor da empreiteira, Ailton Reis, segundo apurou a CPI. Além disso, ele é parente de José Rufino de Souza, alto funcionário da Odebrecht, que mora em sua casa em Brasília.

Denúncias — As duas emendas incluídas no Orcamento de 1992 por Aragão também comprometem o senador. As verbas destinadas ao município de Cacoal estão cercadas de denúncias de irregularidades no processo de licitação. Sem convencer a CPI, o senador mais uma vez negou que estivesse envolvido. E tentou se livrar da responsabilidade pela demissão do ex-diretor de Orcamento da Câmara, Roberval Batista de Jesus, autor de críticas ao trabalho da comissão. A punição foi sugerida em ofício de Aragão à direção do Congresso a pedido do deputado João Alves.